

DIVÓRCIO ON-LINE: “ATÉ QUE A *INTERNET* OS SEPARE”¹

DIVORCE ON-LINE: "TILL *INTERNET* DO US PART"

Resumo

O presente artigo tem o propósito de mostrar um breve estudo cronológico dos institutos do casamento e do divórcio, trazendo a baila uma análise histórica de tais atos jurídicos, se fortalecendo no estado laico, perpassando pelo divórcio tradicional pela Lei nº 6.515/77, alterando-se pela criação inovadora do divórcio administrativo ou extrajudicial com base na Lei nº 11.441/2007 – realizado em cartórios – e da promulgação da Emenda Constitucional nº 66/2010 que extinguiu as separações judiciais e respectivas conversões, culminando na atual discussão do projeto de lei que trata do divórcio eletrônico. Com o surgimento da Lei 11.419/2006 – Lei do Processo Eletrônico se verificou a real desnecessidade de se criar o projeto de Lei nº 464/08 (divórcio eletrônico) que altera disposições do artigo 1124 da Lei nº 5.869/73 (CPC) pelas diversas razões que serão enfrentadas no presente trabalho acadêmico.

Palavras-chave: casamento, extrajudicial, divórcio eletrônico, internet.

Abstract

This article is meant to show a brief chronological study of institutions of marriage and divorce, bringing to fore a historical analysis of such legal actions, strengthening in the secular state, bypassing the traditional divorce by Law No. 6.515/77, changing by the innovative creation of administrative or non-judicial divorce based on Law No. 11.441/2007 - held at register offices - and the Constitutional Amendment No. 66/2010 which extinguished the legal separations and their conversions, culminating in the current discussion of the bill dealing Electronic Divorce. With the advent of Law 11.419/2006 - Procedure Law was found the Electronic Real unnecessary to create the project of Law No. 464/08 (electronic divorce) amending the provisions of article 1124 of Law No. 5.869/73 (CPC) by the various reasons that will be addressed in this scholarly work.

Key-words: marriage, non-judicial, electronic divorce, internet.

Breve histórico dos institutos do casamento e do divórcio

Desde os tempos de Adão e Eva (primeiro casamento celebrado por Deus) o matrimônio era entendido como um ato religioso. Quase 120 anos (12 séculos da supremacia da Igreja Católica) se passaram desde que o Decreto nº 181/1890 conhecido como a Lei do Matrimônio. Todavia, em 1861 o Decreto nº 1.144 de 1861 legislou sobre o casamento de não-católicos². Com o advento da primeira Constituição Republicana (1891)

¹ O autor é advogado, especializado em direito de família pela PUC – PR, mestre em direito público pela UGF – RJ e professor universitário da OPET-PR e de cursos de pós-graduação. É autor de diversos artigos, inclusive, na área de direito eletrônico.

² “Art. 1º Os efeitos civis dos casamentos celebrados na forma das Leis do Império serão extensivos: 1º Aos casamentos de pessoas que professarem Religião diferente da do Estado celebrados fora do Império segundo

em nosso país, houve a ruptura da Igreja e do Estado, devido a reforma protestante de Martin Lutero descambando no Estado laico, enfraquecendo a hegemonia do direito canônico e fortalecendo a dissidência dos fiéis católicos que acabaram por migrar à Igreja Evangélica Cristã, e na promulgação do casamento civil com força no Decreto nº 181/1890. Como bem doutrinado pelo catedrático prof. Eduardo de Oliveira Leite, em sua obra *Direito Civil Aplicado vol. 5 – Direito de Família*:

A igreja Católica sempre reivindicou a si o poder absoluto em matéria de direito matrimonial, hegemonia que foi quebrada com o movimento da Reforma Luterana (no século XVI). No Brasil, a autoridade do direito canônico, através das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707) vigeu soberana até 1890 (Decreto 181, de 24.01.1890), quando se instituiu o casamento civil em nosso país. Mas este poder continuou influente até a segunda metade do século XX, sendo que, em 1950, o legislador brasileiro viu-se obrigado a promulgar nova lei (Lei 1.110, de 23.05.1950) que regulou o reconhecimento dos efeitos civis do casamento religioso. Ou seja, em plena República os brasileiros continuavam casando tão somente no religioso, em manifesta desconsideração do casamento civil instituído logo após a Proclamação da República³.

A Codificação Civil de 1916 regulou o instituto do casamento em quase 50 artigos e seus respectivos efeitos jurídicos e regime de bens nos artigos 229 a 314 do CC/1916 (ver com mais detalhe no *site* do IBDFAM⁴ sobre o histórico dos institutos do casamento e do divórcio).

Como se viu alhures a Lei Ordinária nº 379/37 regulamentou o casamento religioso com efeitos civis, sendo reeditada pela Lei 1.110/50. A atual Carta Magna

os ritos ou as Leis a que os contraentes estejam sujeitos. 2º Ao casamento de pessoas que professarem Religião diferente da do Estado celebrados no Império, antes da publicação da presente Lei segundo o costume ou as prescrições das Religiões respectivas, provadas por certidões nas quais verifica-se a celebração do ato religioso. 3º Aos casamentos de pessoas que professarem Religião diferente da do Estado, que da data da presente Lei em diante forem celebrados no Império, segundo o costume ou as prescrições das Religiões respectivas, contanto que a celebração do ato religioso seja provado pelo competente registro, e na forma que determinando for em Regulamento.”

³ LEITE, Eduardo de Oliveira. *Direito Civil Aplicado – vol. V – Direito de Família*. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2005, p. 27-28

⁴ Disponível no site <http://www.ibdfam.org.br/?noticias¬icia=2989> - Acesso em 12 mai. 2010. 14:04:30.

promulgada em 1988 finalmente reconheceu o casamento religioso com efeitos civis com espeque no artigo 226, parágrafo 2º, que foi regulamentado no Código Civil de 2002 em seus artigos 1515⁵ e 1516⁶.

Adentrando-se nos tempos hodiernos, estaríamos diante de uma banalização ou vulgarização do ato do casamento e do divórcio? Se analisarmos do ponto de vista cronológico dos supracitados institutos, o mesmo princípio da autonomia de vontade que dá a garantia para os nubentes elegerem o casamento como liberdade de escolha (lê-se livre arbítrio) não valeria também para o casal que deseja se separar como foi promulgado e publicado recentemente no dia 13/07/2010 a Emenda Constitucional nº 66/2010⁷ que extinguiu as separações judiciais, autorizando o divórcio direto de acordo com o novel reparo constitucional? Os casais ficavam num verdadeiro limbo já que não se sentiam totalmente separados e não podiam casar novamente, enquanto o prazo legal fosse cumprido. Consultamos novamente o célebre e festejado Dr. Eduardo de Oliveira Leite que expõe o seguinte sobre o princípio da autonomia da vontade e o contrato *sui generis*⁸ em si:

Se atribuirmos ao vocábulo “contrato” o conceito amplo de qualquer ato formado pelo consentimento de duas pessoas (formação por manifestação de vontade livre e espontânea), então o casamento é contrato, porque o casamento resulta do livre acordo de vontades dos que o contraem⁹

Será que estamos diante de uma evolução ou involução desses institutos? Passaremos a analisar a recentíssima modalidade do divórcio via extra-judicial ou administrativo para talvez verificarmos alguma resposta ao questionamento do presente capítulo.

⁵ Art. 1.515. O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração.

⁶ Art. 1.516. O registro do casamento religioso submete-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil.

⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc66.htm> Acesso em 14 jul. 2010.

⁸ É definido como um contrato especial, na medida em que não se aplicam os dispositivos e diplomas tradicionais do direito patrimonial, e sim um contrato de direito de família, seguindo a visão doutrinária de Orlando Gomes, Silvio Rodrigues e Eduardo de Oliveira Leite.

⁹ Op. Cit.

Do divórcio via extrajudicial ou administrativo

O Projeto de Lei do Senado (nº 95/07¹⁰) que acabou por resultar na modificação do art. 1124 do CPC, adicionou a tal diploma legal a capacidade de se realizar separações, divórcios, conversão de separação em divórcio, pensão alimentícia e partilha de bens e manutenção do sobrenome do cônjuge via cartórios de registros civis em qualquer lugar do Brasil. Com a aprovação da revolucionária e supracitada Emenda Constitucional, tal medida trouxe celeridade à sociedade e desobstruiu o Poder Judiciário no sentido de centralizar todas as demandas judiciais relativas ao divórcio (envolvendo interesse de menor), tão-somente, às tradicionais varas de família distribuídas reduzidamente no Brasil, e pasmem ao número de 04 (quatro) atualmente em Curitiba, Estado do Paraná, v.g, embora as separações e conversões de separações em divórcios serem letra morta na referida lei. Com o advento da Lei Ordinária Federal nº 11.441/2007 tais medidas supra, bem como inventários e arrolamentos passaram a ser possíveis nos Cartórios extra-judiciais. Ora as partes, bem como todos os operadores do direito ganharam com tal edição legislativa. Além de desatramancar a sobrecarga dos processos em juízo, deixou as causas somente que envolviam menores, incapazes ou litígios que fatalmente estariam impossibilitados de se realizarem de forma consensual ou pacífica. Ensina o ilustre e notório prof. Caio Mário da Silva Pereira, em sua recente obra sobre Instituições de Direito Civil:

Esta lei faz parte de um conjunto de medidas legislativas que têm como objetivo abreviar o tempo dos procedimentos disciplinados em nosso ordenamento jurídico, tendo em vista o conteúdo do art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 45, ao estabelecer como direito fundamental, tanto no âmbito judicial, como no administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantem a celeridade de sua tramitação¹¹.

¹⁰ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/9399.pdf>>. Acesso em 12. mai. 2010.

¹¹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil – volume V – direito de família*. Editora Forense. 17ª. edição, revista e atualizada por Tânia da Silva Pereira, Rio de Janeiro, 2009, p. 311.

Destarte, as partes acompanhadas obrigatoriamente por um advogado (lê-se administrador judicial) na presença do escrivão e testemunhas (no caso de divórcio direto, e.g.) realiza-se mediante escritura pública tal desiderato. A título ilustrativo e cronológico, o prazo legal (antigamente) definindo na Carta Magna e legislação Civil e Processual Civil era de 01 (um) ano no mínimo da data do casamento até o afastamento de fato para a feitura da separação extrajudicial e 2 (dois) anos corridos da data da celebração do matrimônio e a separação de fato para o divórcio direto, essa exigência perdeu o seu sentido de ser com o advento da Emenda Constitucional nº 66/2010.

Cabe, ainda, aclarar que o Ministério Público e a figura do juiz de direito não participam desse ato notarial. Notória também a edição da resolução nº 35 do CNJ¹² que vedou aos tabeliões a indicação de procurador judicial, impedindo uma verdadeira reserva de mercado aos advogados com maior poder de influência e amizade com o respectivo escrivão¹³. A conversão da separação judicial em divórcio pela via extrajudicial também deixou de ser uma realidade nos cartórios brasileiros, apesar de ainda estar extemporaneamente tramitando no CCJ o projeto de lei inócuo para regulamentar a tardia conversão¹⁴, bem como o instituto da separação de corpos (desde que amigável)¹⁵, evitando assim, dissabores judiciais como o abandono voluntário do lar conjugal, ausência de assistência material e quiçá um possível ajuizamento por indenização moral, especialmente para a medida cautelar.

Seguindo essa linha pensamento, poderíamos concluir logicamente que se reduziriam os divórcios no país, todavia, em Apucarana, cidade do norte do Paraná acabou resultou num dado estranhamente curioso. Verificou-se com o advento da nova via (de divórcio) que reduziu-se estatisticamente o número de separações e divórcios em juízo e pela via administrativa também¹⁶.

¹² Conselho Nacional De Justiça.

¹³ Tal prática também foi fiscalizada pelo Provimento nº 114/07 que disciplina a atividade da classe dos advogados no divórcio administrativo.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/getPDF.asp?t=76031>>. Acesso em 12 mai. 2010.

¹⁵ Art. 1.580. Decorrido um ano do trânsito em julgado da sentença que houver decretado a separação judicial, ou da decisão concessiva da medida cautelar de separação de corpos, qualquer das partes poderá requerer sua conversão em divórcio.

Finalizadas as considerações acerca da questão do divórcio pela via administrativa ou extrajudicial passaremos, finalmente, a discutir sobre o ápice do presente ensaio, no tocante ao divórcio eletrônico ou divórcio realizado via *on-line* e suas implicações legais.

“Divórcio eletrônico” – uma discussão sobre a necessidade do referido projeto de lei e suas conseqüências jurídicas advindas de sua efetivação

Antes de adentrarmos no ponto nevrálgico do referido artigo em comento, é imperioso questionar ao intérpredo leitor ou ao sagaz intérprete do presente estudo se de fato se vislumbraria possível, em tese, a celebração de seu próprio casamento ou de um parente próximo, via rede mundial de computadores, como já ocorre da fato em Portugal¹⁷, perante tantas novidades nesse país¹⁸. Diante de uma resposta negativa proposta por tal hipotética premissa, é inevitável concluir que a alteração do art. 1124 da Lei nº 5.869/73 com fulcro no discutível Projeto de Lei nº 464/08¹⁹ é no mínimo polêmico ou controverso. Ora, se casar pelo púbere rito “sumaríssimo” via Internet seria no mínimo demasiadamente impessoal, frio e questionável, não pela validade jurídica do ato, mas sim pela lembrança *sui generis*, indispensável e perpétua não só aos noivos como aos pais, amigos e familiares desse valioso instituto. Outrossim, não poderíamos valer da mesma linha de raciocínio para se divorciar?

Na labuta diária do profissional do direito, nota-se que muitos casais acabam se arrependendo quando chega o momento crucial de decidir se querem realmente dar cabo ao

¹⁶ Estatística levantada pelo IBGE numa constatação até certo ponto contraditória, foi registrado um declínio no índice de divórcios e separações na cidade. Dos 345 casos registrados em 2007, caiu para 262 em 2008, uma redução de 24%, demonstrando nitidamente que nem sempre a rapidez nesse tocante em especial é o bem de mais valia – Disponível em: <http://www.diariodoparana.com.br/index.php?setor=DETALHESNOTICIA...>. Acesso em 15 out. 2009.

¹⁷ Disponível em <<http://www.civilonline.mj.pt/CivilOnline/>>. Acesso em 04 ago. 2010.

¹⁸ Em Portugal é promulgado lei que autoriza o casamento entre homossexuais e a 1ª união de um casal lésbico ocorreu em 07 de junho de 2010 em Lisboa, matérias disponíveis em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/06/portugal-faz-seu-1-casamento-gay.html>> e <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/05/presidente-de-portugal-promulga-lei-que-permite-casamento-entre-gays.html>>. Ambos acessados em 04 ago. 2010.

¹⁹ Da autoria da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) aprovado em caráter terminativo no início de setembro de 2009 pela CCJ do Senado Federal, e foi remetida à Câmara dos Deputados dia 25/09/2009 para aprovação da matéria. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/getPDF.asp?t=66192>>. Acesso em 12 mai. 2010.

seu vínculo matrimonial, ou se num lapso de momento voltam atrás e acabam por manter a continuidade do mesmo, até pela proximidade um do outro numa célere re-análise que porventura possam ter concluído consensualmente. É muito comum ver casais se conciliando ou se restabelecendo em varas de família nas respectivas audiências de instrução e julgamento, tudo isso sendo testemunhado pelo próprio magistrado presente. Isso tudo se deve ao momento caloroso e paupável (comportamentos, gestos, atitudes, troca de olhares, expressões faciais e corporais) que os candidatos ao divórcio enfrentam em tal derradeira hora. É oportuno ressaltar as sábias palavras do Prof. Luis Edson Fachin, em seu tratado de Direito de Família:

O artigo em comento prevê o restabelecimento da sociedade conjugal; essa possibilidade é o que marca a separação judicial como medida que tanto pode conduzir ao divórcio, **quanto permitir a reconciliação**. Não se trata de mero fato; requer a lei ato regular em juízo, vale dizer, intervenção do Estado-juiz chancelando o restabelecimento. Demais disso, com o fim de proteger a boa-fé de terceiros, em face da eficácia jurídica da separação, são colocados a salvo tais direitos.

Interessante anotar que para o restabelecimento não importa a causa da separação, quer tenha sido consensual, quer litigiosa.²⁰ (nosso grifo)

Passamos a analisar tal projeto de lei de autoria da senadora Patrícia Saboya e o seu núcleo ideário que autoriza o divórcio pela via eletrônica ou *on-line* aos casais que não possuem filhos menores ou incapazes e que anseiam se divorciar consensualmente. O processo funcionaria da seguinte maneira: o advogado elegido confeccionaria a exordial narrando todos os fatos e razões de direito endereçadas ao magistrado competente via *on-line* onde obrigatoriamente deverá existir os dados relativos a partilha e detalhamento dos bens comuns, pensão de alimentos e modificação do patronímico, se essa for a intenção do casal. O procurador judicial eleito deverá obrigatoriamente estar cadastrado em dia com suas obrigações financeiras, possuir a carteira de identidade profissional emitida pelo órgão de classe, contendo o micro-chip a fim de legitimar a certificação digital do operador do

²⁰ FACHIN, Luiz Edson e RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Código Civil Comentando XV – Direito de Família**. Casamento. Arts. 1511 a 1590 – Coordenador Álvaro Villaça Azevedo. Editora Jurídico Atlas, São Paulo, 2003, p. 241.

direito. No entanto, não basta tão somente a certificação digital autorizada por autoridade certificadora, mas um aparelhamento de custo significativo diante de seu uso efetivo (computador, scanner, softwares específicos que deverão ser instalados nessa máquina). Após isso, se esse advogado, estiver cadastrado no sítio do respectivo Tribunal poderia enviar os documentos e a peça processual ao juízo competente para um despacho ou sentença homologatória, se for o caso. Depois da sentença, o casal automaticamente estaria divorciado, restando apenas que fosse encaminhado eletronicamente a certidão de averbação no cartório competente, via *on-line* certificada digitalmente pelo tabelião ou escrivão de onde se firmou o registro de casamento. Vale lembrar que os cartórios e/ou tabelionatos também deverão estar tecnicamente preparados com equipamentos, “*staff*”²¹ e certificação digital para se completar o tão almejado processo.

A respeito do avanço tecnológico inexorável que atravessamos hodiernamente, é salutar ponderar se a edição de uma lei como a em comento traria realmente benefício à sociedade Brasileira como um todo. Por outro lado, a agilidade, distância e barreira entre cônjuges em países distintos (exemplo: a mulher residindo no Brasil e o homem na Austrália), redução de custos e a desnecessidade de não ter que arrostar seu cônjuge, talvez seria um louvável progresso acerca do instituto em pauta. De mais a mais, as principais ponderações já discutidas pelo autor em ensaio jurídico anterior, reflexionavam o seguinte:

(...) **Primeiro** com relação a sua necessidade legislativa. Tal projeto de per si não traz nenhuma novidade em seu bojo, já que somente se refere aos pedidos de separação e divórcio por meio eletrônico, que não envolvam menores ou incapazes, sem necessidade de uma audiência, resultando numa inserção inócua e superficial em seu conteúdo, já que a lei nº 11.441/07 já previa o mesmo fim, com exceção do meio eletrônico. Ademais, a lei nº 11.419/06 (que regula a informatização do processo eletrônico) trata dos processos civil, penal e trabalhista indistintamente, em qualquer grau de jurisdição, inclusive nos Juizados Especiais. **Segundo**, que pode dar azo pela falta de transparência a muitas fraudes entre cônjuges, e.g. um casal que possua uma empresa vislumbrando um inevitável estado de falência, tudo isso devido a alta velocidade, em tese, que as decisões via Internet procederão, sem a devida fiscalização de um membro do Ministério Público. **Terceiro**, que estaria beneficiando uma minoria de advogados habilitados com certificação digital e com equipamento tecnológico

²¹ Técnicos juramentados especializados em informática via de regra.

(custoso), uma vez que existem, data vênua, resistência de alguns causídicos que utilizam até hoje a máquina de escrever, criando uma verdadeira reserva de mercado à categoria profissional, indo de encontro à uma idéia de inclusão digital laboral, isso que a concepção inicial e absurda do projeto segundo a própria senadora visava a não participação de advogados nesse processo. **Quarto**, que devido a rapidez e a menor complexidade do processo via eletrônica reduziria consideravelmente o valor dos honorários da classe, ou ao menos a sensação do cumprimento do mesmo perante à sociedade. E **quinto**, mas não menos importante, que estaríamos cada vez mais banalizando e desumanizando os institutos do divórcio e do casamento, que possuem outros valores conjugados em sua essência²².

Cabe ainda trazer à lume, que o Poder Judiciário e os tribunais via de regra deveriam estar prontamente estruturados e com o equipo básico necessário para o implemento de tal recurso tecnológico, amparado legalmente pelos competentes Regimentos Internos, a exemplo do que já vem acontecendo no STJ, STF e outros Tribunais pátrios.

Adentrando-se numa análise mais perfunctória e visionária de tal PL, a promulgação do mesmo poderia resultar em um enxurro de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, devido a dispensabilidade do advogado no processo *on-line* como era foi proposto em sua origem²³, pois feriria de morte o diploma legal do art. 133 da atual Carta Maior, devido ao seu notório teor²⁴.

Existe ainda uma grande divergência doutrinária a respeito do respectivo projeto²⁵, pois é um tema incipiente e se encontra em estágio embrionário. Ainda é muito cedo para

²² PARANÁ. Jornal do Estado do. *Caderno de Direito e Justiça* - tema: "Divórcio eletrônico, avanço ou retrocesso legislativo?", – publicado dia 15/11/2009 no site <http://www.parana-online.com.br/canal/direito-e-justica/news/409790/?noticia=DIVORCIO+ELETRONICO+AVANCO+OU+RETROCESSO+LEGISLATIVO>

²³ Disponível em: <<http://www.oab-bnu.org.br/noticias/05/08-projeto-em-tramitacao-no-senado-federal-preve-divorcio-on-line>>. Acesso em 07 mai. 2010, 17:01:00.

²⁴ Art. 133. O advogado é **indispensável** à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei (nosso grifo).

²⁵ Disponível em <<http://www.conjur.com.br/2009-set-23/projeto-lei-pretende-instituir-divorcio-online-inutil>>. Acesso em 07 mai. 2010, 16:15:00 e disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/noticias/9111/Projeto-tramitando-no-Senado-Federal-prev%C3%AA-div%C3%B3rcio-on-line>>. Acesso em 07 mai. 2010, 16:20:00.

saber se tal projeto irá vingando ou não, todavia o que não poderemos perder de vista é sempre o respeito aos direitos personalíssimos e o princípio da dignidade da pessoa humana²⁶ que deve prevalecer em quaisquer relações jurídicas, sejam elas reais ou virtuais, principalmente, em se tratando de sentimentos e seres humanos.

Conclusão

É inegável que a internet veio para ficar, retroagir ao tempo das máquinas de escrever e das cartas enviadas via correio seria repudiar o avanço e a inexorabilidade dos costumes de qualquer sociedade em constante mutação. Mas a dúvida persiste, existe realmente a necessidade da promulgação de tal diploma legal? Em Portugal (país pioneiro dessa prática) já funciona há quase 2 anos o serviço jurídico nominado como “divórcio na hora” notoriamente conhecido pelos colegas de profissão lusitanos²⁷. Para alguns jurisdicionados portugueses²⁸ foi um alento e trouxe benefícios, dos já citados anteriormente. Entrementes, pensamos que ainda é muito cedo para termos uma estatística real mais apurada e fidedigna do referido instituto.

²⁶ Já abordamos nosso posicionamento a respeito da dignidade da pessoa humana, in TOMIZAWA, Guilherme. **A Invasão de Privacidade Através da Internet**, JM Livraria Jurídica, Curitiba, 2008, p.166-167: *“Isto posto, conclui-se que, mais importante que a implantação de softwares de última geração, tecnologia de ponta, políticas de controle, sistemas de proteção e uma efetiva regulamentação, é a prevalência de uma de nossas maiores conquistas no capítulo da história dos direitos fundamentais, qual seja, o princípio da dignidade da pessoa humana estatuído no inciso III, do artigo 1º, da Magna Carta. Tal postulado deve ser o fio condutor de todas as relações dos indivíduos dentro e fora da Internet, sempre primando pelo pudor ao próximo e o respeito às condições mínimas inerentes à personalidade e conduta humana, dependendo do caso, até sacrificando e abrindo mão de instrumentos tecnológicos perversos com intuito de constranger e violar a intimidade do indivíduo e retroceder o inevitável progresso da humanidade”*.

²⁷ Em Portugal o referido site deu a definição e o procedimento para a feitura de divórcios on-line: *“O Divórcio na Hora consiste num requerimento electrónico de divórcio que permita a dois cidadãos regularmente casados pela lei portuguesa requerer a qualquer conservatória de registo civil o seu divórcio por mútuo consentimento, outorgando-o por via electrónica e fazendo uso das tecnologias já existentes e do CC (Cartão do Cidadão), tendo igual valor legal que o requerimento em papel com aposição das assinaturas pelo próprio punho”*. Disponível em: <<http://direitonahora.com/divorcio/>>. Acesso em 10 mai. 2010, 17:54:00 ou ainda disponível em: <<http://www.divorcionet.pt/noticias.php?nid=20>>. Acesso em 14 mai. 2010, 16:20:00.

²⁸ Disponível em: <<http://www.dnt.adv.br/noticias/informatica-juridica/portugal-cria-o-divorcio-relampago-pela-internet/>>. Acesso no dia 11 mai. 2010, 19:17:00.

Nostalgicamente falando, acabou-se o romantismo, como bem disse o prof. João Batista Villela²⁹: “Como quer que seja e sempre tenha sido a paixão, o ‘até que a morte os separe’ está mais para **ideal** do que para a realidade” (nosso grifo). Findou-se a época dos boêmios e das serenatas na sacada das janelas, abandonamos impensadamente o antigo modelo pessoal e ultrapassado do “amante a moda antiga” pelo novo e misterioso encontro “às escuras” e noites infindáveis por salas de bate-papo em incontáveis sítios de relacionamentos³⁰ que se aglomeram no nosso cotidiano, onde o que prevalece é quantidade de amigos e não a sua “qualidade” como deveria se mirar. Quedou-se mais fácil fingir, enganar e dissimular as pessoas, e o sexo oposto. Estamos nos afastando cada vez mais das pessoas e nos aproximando mais comumente dos teclados. A solidão social³¹ está superando a solidão emocional³². Está decretado o fim das relações, só que dessa vez com o auxílio de uma nova ferramenta: a Internet. Empresta-se outra vez, o oportuno comentário do ilustre prof. Villela³³ para elucidar o raciocínio: “Certo é que um dia o sonho acaba. E não raro que acabe antes da morte. Cada um quer tomar seu rumo próprio. Seguir seu destino. Refazer seus planos. Em uma palavra, recomeçar.” Mas como recomeçar? De forma rápida e menos dolorosa? Estaríamos de fato banalizando e vulgarizando o instituto do casamento? Busco socorro nas breves e sábias palavras de Marco Aurélio S. Viana³⁴: “o instituto de maior significado e relevo para o Direito de Família” será mesmo? Vemos as diversas mutações e transformações que uma sociedade passa e não damos conta de sua evolução ou seria retrocesso? Em um capítulo destinado ao “Divórcio” o Ministro do STJ,

²⁹ VILLELA, João Batista. **O casamento entre o sonho e a realidade**, Editora CIP, São Paulo, 1999, p. 03

³⁰ Dos sites de relacionamento mais comum no Brasil podemos citar o orkut, facebook, sonico, twitter, myspace, linkedin, etc.

³¹ Segundo Robert Weiss, sociólogo americano: “Solidão Social é o sentimento de tédio e marginalidade causado pela falta de amizade ou de um sentimento de pertencer a uma comunidade”, in SCHELP, Diogo. **Revista VEJA**. Editora Abril. Edição 2120. Ano 42. nº 27. 08/07/2009, “Nos laços (fracos) da internet” p.96.

³² Solidão Emocional é o sentimento de vazio e inquietação causado pela falta de relacionamentos profundos in Op. Cit.

³³ Op. cit.

³⁴ VIANA, Marco Aurélio S., **Curso de Direito Civil**, vo.2, Direito de Família, cap. 2, n. 1, Ed. Del Rey, Belo Horizonte.

na época, Prof. Sálvio de Figueiredo Teixeira em conjunto com a douta Profa. Tereza Cristina Monteiro Mafra doutrinam o seguinte:

O Direito de Família vem passando, notadamente no Brasil. Por uma extraordinária transformação, em decorrência de três vertentes, a saber:

- I. as conquistas da ciência e o avanço da tecnologia, com suas descobertas e inovações.
- II. a mudança de costumes sociais;
- III. as modificações legislativas, inclusive no plano constitucional³⁵.

Sábias e visionárias as palavras dos mestres supracitados, ainda mais quando nos referimos da última Emenda Constitucional que versa sobre extinção das separações no nosso país. Adotando tal forma de pensamento a implacabilidade e presteza da tecnologia pode atingir um certo ponto em que o internauta contrai núpcias no período diurno e com a nova opção divulgada pelo presente projeto de lei, se separar à noite com um simples toque no seu *I-Phone*³⁶ ou *I-Pod*³⁷, autorizando seu mandatário ou “procurador eletrônico” num simples comando de voz ou de toque a imediata ruptura da sociedade conjugal ou do vínculo matrimonial somente pelo motivo banal de ter pegado um congestionamento no centro da cidade ou simplesmente por ter contraído uma discussão com seu colega de trabalho, ou ainda levado um sermão do seu superior hierárquico, poderemos rapidamente e eficazmente acionar a recentíssima modalidade de divórcio *on-line* descarregando essa ira em seu consorte, resultando no divórcio eletrônico perante a chancela do Estado.

³⁵ TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo e MAFRA, Tereza Cristina Monteiro. **O Divórcio**. Editora CIP, São Paulo, 1999, p. 314.

³⁶ O iPhone é um *smartphone* desenvolvido pela Apple Inc. com funções de iPod, câmera digital, internet, mensagens de texto (SMS), *visual voicemail* e conexão *wi-fi* local. A interação com o usuário é feita através de uma tela sensível ao toque. A Apple registrou mais de duzentas patentes relacionadas com a tecnologia que criou o iPhone. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/IPhone>> Acesso em: 11 mai. 2010, 19:30:00.

³⁷ iPod é uma marca registrada da Apple Inc. e refere-se a uma série de tocadores de áudio digital projetados e vendidos pela Apple. O “*POD*” é a sigla de “*Portable On Demand*”, o que numa tradução livre seria algo como “portátil desejado” e a letra “*i*” na frente, que se lê “ai” e significa “eu” em inglês, teria um sentido pessoal, como “o portátil que eu desejo/desejei” ou “o portátil que eu sempre quis”. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/I-pod>> - Acesso em: 11 mai. 2010, 19:25:00

Não somos de maneira alguma defensores de um “direito estático” e passamos ao largo de irmos de encontro à evolução tecnológica e do conhecimento científico profícuo, no entanto, devemos estar atentos para vislumbramos se o ser homem-médio está realmente pronto para desfrutar de tais opções dos modernos meios de comunicação de maneira equilibrada e sem determinismos.

(...)

e assim, quando mais tarde me procure
 Quem sabe a morte, angústia de quem vive
 Quem sabe a solidão, fim de quem ama

Eu possa me dizer do amor (que tive):
 Que não seja imortal, posto que é chama
 - Mas que seja infinito enquanto dure³⁸

Bibliografia

Livros e periódicos:

BRASIL. Constituição da República Federativa do. Editora Saraiva, 40ª. edição, atualizada e ampliada, 2007.

CARVALHO NETO, Inácio de. **Separação e Divórcio – Teoria e Prática à Luz do CÓDIGO CIVIL**. Editora Juruá. 7ª. Edição revista e atualizada, Curitiba, 2006, p. 38-39.

FACHIN, Luiz Edson e RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Código Civil Comentado XV – Direito de Família**. Casamento. Arts. 1511 a 1590 – Coordenador Álvaro Villaza Azevedo. Editora Jurídico Atlas, São Paulo, 2003.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Direito Civil Aplicado – vol.V – Direito de Família**. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2005.

_____. **Síntese de Direito Civil – Direito de Família incluindo a releitura do Código Civil de acordo com a Constituição de 1988**. JM Editora, Curitiba, 2000.

³⁸ MORAES, Vinicius de. **Antologia Poética**, publicado por Editora do Autor, 1960, p.112.

LEONEL, Carla (coordenadora). **Casamento, Separação e Viuvez**. Editora CIP, São Paulo, 1999.

MORAES, Vinicius de. **Antologia Poética**, publicado por Editora do Autor, 1960.

NEGRÃO, Theotônio. **Código Civil e Legislação Civil em vigor**. 29ª. Edição atualizada e reformulada, Editora Saraiva, São Paulo, 2010.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil – volume V – direito de família**. Editora Forense. 17ª. edição, revista e atualizada por Tânia da Silva Pereira, Rio de Janeiro, 2009.

SCHELP, Diogo. **Revista VEJA**. Editora Abril. Edição 2120. Ano 42. nº 27. 08/07/2009, “Nos laços (fracos) da internet” p.96.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo e MAFRA, Tereza Cristina Monteiro. **O Divórcio**. Editora CIP, São Paulo, 1999, p. 314.

TOMIZAWA, Guilherme. **A Invasão de Privacidade Através da Internet**, JM Livraria Jurídica, Curitiba, 2008.

VIANA, Marco Aurélio S., **Curso de Direito Civil**, vo.2, Direito de Família, cap. 2, n. 1, Ed. Del Rey, Belo Horizonte.

Sites:

ATHENIENSE, Alexandre. **DNT – O Direito e as novas tecnologias**. Disponível em: <<http://www.dnt.adv.br/noticias/informatica-juridica/portugal-cria-o-divorcio-relampago-pela-internet/>>. Acesso no dia 11 mai. 2010, 19:17:00.

BRASIL. **Senado Federal**. Projeto de Lei do Senado nº 95/07. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/mate-pdf/9399.pdf>>. Acesso em 12 mai. 2010.

_____. **Senado Federal**. Projeto de Lei nº 95/2007 Disponível em:<<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/getPDF.asp?t=76031>> Acesso em 12 mai. 2010.

_____. **Senado Federal**. Projeto de Lei nº 464/08. Disponível em:<<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/getPDF.asp?t=66192>>. Acesso em 12 mai. 2010.

_____. **Presidência da República.** Disponível em [:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm)>. Acesso em 12 mai 2010.

CIVIL ON-LINE. Disponível em <<http://www.civilonline.mj.pt/CivilOnline/>>. Acesso em 04 ago. 2010.

DIREITO NA HORA. Disponível em: <<http://direitonahora.com/divorcio/>>. Acesso em 10 mai. 2010, 17:54:00.

DIVÓRCIO NET. Disponível em: <<http://www.divorcionet.pt/noticias.php?nid=20.>> Acesso em 14 mai. 2010. 16:20:00.

FERREIRA, Ana Amelia Menna Barreto de Castro e NEVES, Luiz Octávio Rocha Miranda da Costa. CONSULTOR JURÍDICO. **Projeto de lei sobre divórcio online é inútil.** Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-set-23/projeto-lei-pretende-instituir-divorcio-online-inutil>>. Acesso em 07 mai. 2010, 16:15:00.

GLOBO.COM. **Presidente de Portugal promulga lei que permite casamento entre gays.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/05/presidente-de-portugal-promulga-lei-que-permite-casamento-entre-gays.html>>. Acesso em 04 ago. 2010.

GLOBO.COM. **Portugal faz seu 1º casamento gay.** Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/06/portugal-faz-seu-1-casamento-gay.html>>. Acesso em 04 ago. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/?noticias¬icia=2989>>. Acesso em 12 mai. 2010. 14:04:30.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Direito do Estado.com.br.** Projeto tramitando no Senado Federal prevê divórcio on-line. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/noticias/9111/Projeto-tramitando-no-Senado-Federal-prev%C3%AA-div%C3%B3rcio-on-line>>. Acesso em 07 mai. 2010, 16:20:00

TOMIZAWA, Guilherme. **JORNAL O ESTADO DO PARANÁ - CADERNO DIREITO E JUSTIÇA** “Divórcio eletrônico, avanço ou retrocesso legislativo?” – publicado dia 15 nov. 2009 Disponível em:<<http://www.parana-online.com.br/canal/direito-e-justica/news/409790/?noticia=DIVORCIO+ELETRONICO+AVANCO+OU+RETROCESO+LEGISLATIVO>>. Acesso em 05 mai. 2010.

WIKIPEWDIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/IPhone>>. Acesso em: 11 mai. 2010, 19:30:00.

WIKIPEDIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/I-pod>>. Acesso em: 11 mai. 2010, 19:25:00

ZANCHIN. Maria Estela. DIÁRIO DO PARANÁ. **Apucarana Lei facilita divórcio, mas casos diminuem Tabelionatos já dividem demanda de dissolução de casamentos**
Disponível em
:<http://www.diariodoparana.com.br/index.php?setor=DETALHESNOTICIA..> Acesso em 15 out. 2009.